

A fotografia como instrumento para valorização da identidade negra: a experiência e metodologia do projeto “Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas”

Levy Félix Ribeiro*
Waldson de Souza Costa**

Apresentação

Aplicada de forma adequada nas pesquisas de campo etnográficas, a fotografia se demonstra um instrumento metodológico bastante viável para coleta de dados. Isto devido ao seu potencial tecnológico de registro, que consegue captar nuances que, no primeiro momento, podem passar despercebidas ao olhar do pesquisador, permitindo que ele volte a observar o campo em outras oportunidades, através da releitura das imagens:

A fotografia oferece ao estranho ao campo de pesquisa um meio de registrar autenticamente grandes áreas, com rapidez e abundância de pormenores, e uma forma de acumular complexas descrições para análises

* Mestre em Antropologia Social Universidade Federal de Alagoas (PPGAS-UFAL) e Graduado em Turismo (UFAL), integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Turismo Criativo (GETUC), do Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo (UFAL), e o Grupo de Políticas públicas de proteção aos direitos humanos (UNIT – SE). E-mail: levyfelixur@gmail.com.

** Mestre em Antropologia Social Universidade Federal de Alagoas (PPGAS-UFAL) e Graduado em Comunicação Social (UFAL), é coordenador do projeto “Autorretrato Nordeste” e integrante do grupo de pesquisa Antropologia Visual em Alagoas (AVAL). E-mail: wsouzac@yahoo.com.br.

futuras [...]. Quando usamos a fotografia como método e fonte de orientação, fazemos uso de sua função ilustrativa popular. Mais importante ainda, usamos as fotografias como amostras de informes independentes, não totalmente perceptíveis a não ser com o auxílio da documentação fotográfica. É difícil, e às vezes impossível observar acuradamente fenômenos que não compreendemos. (Junior, 1973, p. 12).

Assim, diante da capacidade de interação das fotografias, é possível ainda fazer uso delas em espaços diversos da pesquisa, colocando-as para circular tanto nos grupos de pesquisa, compartilhando-as com outros pesquisadores que detêm observações teóricas e técnicas, como entre os interlocutores, agentes envolvidos diretamente nas pesquisas que, ao interagirem com as fotografias, podem contribuir com percepções a partir da observação e relatos orais descritivos que contribuem com o trabalho de campo e, conseqüentemente, com os dados da pesquisa.

Já que em casos do uso do recurso fotográfico em campo é comum que as imagens retornem e circulem no grupo pesquisado, fazendo com que seus integrantes as observem, interajam e debatam sobre elas, estimulando percepções e relatos orais descritivos que podem contribuir com os dados de campo,

A oportunidade de feedback pela fotografia, única espécie de anotação etnográfica que “pode” racionalmente voltar a beneficiar o nativo, permite uma situação que frequentemente recompensa e alimenta o entusiasmo do ego dos informantes para um empenho ainda maior no estudo. (Junior, 1973, p. 20).

Com isso, podemos dizer que o recurso fotográfico se torna, no âmbito científico, um documento viável para inúmeras possibilidades ilustrativas e interpretativas, capaz de expressar o campo e os grupos pesquisados. Desta forma, auxilia o pesquisador não só a colher dados, mas também a estruturá-los e a interpretá-los de forma lógica diante de um processo que relaciona os discursos narrativo e descritivo colhidos no campo ao discurso imagético.

No entanto, além das vantagens dos fatores científicos metodológicos proporcionados pela fotografia – perspectiva que pode interessar apenas a um dos lados da relação de pesquisa: o pesquisador –, o uso da imagem, em determinados contextos, pode também servir como instrumento de afirmação e valorização da identidade de indivíduos e grupos. Dessa forma, atende a outra ponta: os agentes sociais pesquisados, que, em uma ótica de construção de dados compartilhada, passam a ser responsáveis e coautores diretos de suas histórias e das informações levantadas em campo, consolidadas na vida cotidiana e nas pesquisas científicas.

Assim, por acreditar nesta linha de investigação que faz uso da imagem para coleta, estruturação e interpretação de dados científicos, apresentamos neste artigo a experiência do projeto “Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas”, para discutir possibilidades de fazer uso da fotografia em trabalhos de campo a partir de uma ótica da Antropologia Visual Compartilhada. Ao mesmo tempo, essa experiência também serve como uma forma de expressão e reflexão para que integrantes de comunidades quilombolas se expressem através dos recursos imagéticos e da oralidade, questionando e discutindo as questões diversas sobre a identidade negra.

Comunidades quilombolas

Em 1740, o Conselho Ultramarino português definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1986, p.16). Atualmente, esta definição não pode mais ser aplicada e sustentada porque uma comunidade remanescente de quilombos tem, em sua formação, claramente um aspecto de continuidade histórico-temporal, mas ganhou uma nova significação, uma ressemantização¹ a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Esta redação extremamente vaga, que não define o que são “remanescentes das comunidades dos quilombos”, nem que órgão deve emitir o título de propriedade, propiciou que se iniciasse uma grande discussão em torno do conceito *quilombo*, o que levou à sua ressemantização. Um dos principais atores neste processo foi a Associação Brasileira de Antropologia (ABA):

[...] Contemporaneamente [...] o termo [quilombo] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência

1 Sobre a ressemantização do conceito de quilombo, ver Arruti (2006) e Leite (2000).

na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (Comissão Pró-Índio de São Paulo, *apud* Mallmann, 2011, p.269).

O'Dwyer (2002) afirma que:

[...] pode-se alegar que essa definição das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos como grupos étnicos atributivos — que devem ser definidos a partir de sinais e emblemas considerados socialmente significativos pelo grupo, e não por um olhar classificador de um observador externo — dá margem a manipulações pelos atores sociais da identidade étnica. (O'Dwyer, 2002, p. 24).

Para Ilka Boaventura Leite:

O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. (Leite, 2000, p. 335).

A redação extremamente vaga e incompleta do texto do Artigo 68 do ADCT levou ao abandono da definição “histórica” de quilombo, embasada na definição do Conselho Ultramarino – quilombo como local de negros fugidos –, assumindo aquela presente no artigo 2º do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, segundo o qual

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

De fato, as comunidades de quilombos sempre estiveram intimamente imbricadas na história brasileira, oferecendo resistência e servindo de contraponto político à sociedade escravocrata colonial, bem como à sociedade escravocrata durante o Império (Silva, 2012). Em tempos republicanos e principalmente nos momentos atuais, essa resistência tem se apresentado cada dia mais coesa, seja contra os modelos adotados pelo sistema em relação ao povo negro, seja na reivindicação

de direitos.

Fredrik Barth é um dos nomes mais conhecidos no campo da Antropologia Social. É norueguês e fez em uma das suas importantes obras, *Grupos étnicos e suas fronteiras* (1998), uma reformulação do conceito de grupos étnicos, conceituando-os. Para o autor:

Os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Então, um traço fundamental torna-se [...] a característica da auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional. (Barth, 1998, p.193-194).

Ao definir grupo étnico, Barth (1998) usa para designar uma população: (1) perpetuação biológica; (2) compartilha com valores culturais fundamentais; (3) campo de comunicação e interação; e (4) um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, constituindo uma categoria diferente de outras categorias da mesma ordem.

Barth explica, ainda, que:

[...] quando se define um grupo étnico como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar – apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural [...]. (Barth, 1998, p.195).

Partindo do contexto dos grupos étnicos aqui abordado, falar de identidade é algo que tem surgido como ampla discussão. Segundo Bauman (2005, p.23 *apud* Palmeira, 2012, p.34), no livro *Identities*, “[...] há apenas algumas décadas, a ‘identidade’ não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica. Atualmente, no entanto, a ‘identidade’ é o papo do momento, um assunto de extrema importância e evidência”.

Para Palmeira:

Ao criticar a teoria de Barth, Lapierre aponta uma característica diferenciadora da identidade étnica: a memória coletiva do grupo com seus fatos e personagens. De fato, a memória coletiva é certamente um elemento que individualiza a história de um grupo; a trajetória de cada grupo é única. Potignat e Streiff-Fenart (1998) defendem a memória coletiva e a crença em uma origem comum como características diferenciadoras das identidades étnicas em relação as demais identidades. (Palmeira, 2012, p.41).

O autorretrato e a câmera compartilhada

Estruturado como um projeto de arte visual que envolve fotografia, cultura e a democratização das novas tecnologias, o Autorretrato Nordeste desenvolve, desde 2009, oficinas e mostras fotográficas com crianças e adolescentes de comunidades no interior de Alagoas. Assim, durante seus 10 anos de atividade, o projeto – que, através de uma metodologia democrática e lúdica para produção de imagens, permite que os agentes sociais expressem sua visão de mundo – promoveu atividades em dezenas de comunidades ribeirinhas, litorâneas, sertanejas, indígenas e quilombolas do estado de Alagoas.

Ao longo deste período foram produzidas, de forma compartilhada, mais de 30 mil fotografias digitais, que foram captadas a partir do olhar e interpretação dos próprios moradores das comunidades visitadas. Documentos que circularam, e ainda circulam, de forma gratuita dentro e fora das comunidades, através de mostras comunitárias, exposições, DVDs e produções impressas, a exemplo de fotografias reveladas, cartões-postais e catálogos.

Ao falar sobre a atividade do Autorretrato Nordeste durante entrevista concedida no dia 20 de novembro de 2014, a coordenadora-adjunta do projeto, Patrícia Machado, explica que os resultados foram além dos estabelecidos na configuração das atividades, que inicialmente tinham uma perspectiva exclusiva de ordem estética-cultural:

O mais interessante nesta proposta de trabalho do Autorretrato Nordeste é que ela começou como uma ideia exclusivamente artística – Arte Visual. Mas, ao longo do processo as imagens e suas narrativas se tornaram instrumentos de diálogos políticos para os moradores das comunidades. A intenção (grupo de fotógrafos) era estimular a produção de imagens que falassem sobre as belezas das comunidades e democratizar o acesso a fotografia. Porém, desde sempre, as narrativas visuais foram além e discursaram sobre a construção da identidade e a forma de viver das pessoas. Isso

ficou claro quando já no primeiro ano de trabalho um grupo indígena levou a produção fotográfica para uma reunião da ONU, relatando que ali estavam recortes da vida deles produzidas por eles mesmo. Imagens construídas a partir de seus discursos, crenças e interesses. Com anuência do grupo as câmeras foram apontadas para todos os lados atendendo a proposta artística, mas, também, aos interesses comunitários sociais, religiosos, econômicos e políticos. (Patrícia Machado, 2014).

Diante da dimensão de uma década de trabalho para o recorte da discussão proposta sobre o uso da fotografia para valorização da identidade negra em Alagoas, o artigo em questão vai tratar exclusivamente das imagens produzidas em 2014. Esse foi o ano em que o projeto, vencedor do Prêmio Funarte de Arte Negra, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), órgão ligado ao Ministério da Cidadania, concentrou as atividades apenas nas comunidades quilombolas. Nesta edição do Autorretrato Nordeste, que incorporou a nomenclatura ‘Quilombo de Alagoas’², o trabalho foi desenvolvido com 87 crianças e adolescentes que vivem em quatro comunidades quilombolas certificadas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares.³

A escolha das comunidades foi feita pelos integrantes do Autorretrato Nordeste a partir de critérios de “ineditismo” (não inserindo comunidades onde o trabalho já havia sido realizado, aumentando assim a diversidade de registros), localização (buscando contemplar comunidades de regiões diversas do estado) e número de famílias (optando por comunidades com maior índice populacional).

Assim, foram selecionadas para os trabalhos as comunidades de: Bom Despacho (208 famílias / Passo do Camaragibe / Litoral Norte); Palmeira dos Negros (220 famílias / Igreja Nova / Baixo São Francisco); Cajá dos Negros (86 famílias / Batalha / Sertão) e Sabalanga (100 famílias / Viçosa / Região dos Quilombos). Essas localidades, apesar de possuírem a mesma designação étnica, possuem entre si inúmeras diferenças geográficas, econômicas e sociais.

Oficinas e mostras fotográficas

2 As diversas etapas do projeto “Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas”, narradas de forma imagética, podem ser conferidas no site do projeto. Ver: FACEBOOK. *Autorretrato Nordeste*. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/autorretrato/>. Acesso em 05 jul. 2019.

3 Instituição pública brasileira vinculada ao Ministério da Cidadania. É responsável pelas ações de promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Fundada em 1988, a entidade tem a finalidade de contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Com o projeto estruturado por etapas, as oficinas fotográficas acontecem sempre em espaços coletivos das comunidades. Com o convite aberto, a participação é livre e o engajamento é espontâneo – tanto das crianças e adolescentes fotógrafos quanto dos personagens que se caracterizam e abrem as portas para receberem os participantes das oficinas.

No primeiro momento, os “aprendizes-fotógrafos” recebem orientações técnicas para usarem as máquinas fotográficas digitais, fazem exercícios fotográficos e aprendem como construir uma boa imagem – noções de enquadramento, ângulo, etc. –, para só depois definirem, a partir de temas pré-estabelecidos, quais elementos e personagens (pessoas) devem ser fotografados na comunidade.

Em seguida, eles são estimulados a refletirem, a partir de uma série de categorias (paisagem, pessoas, cultura, animais, cotidiano, trabalho e fé), que elementos possuem poder de representação na comunidade e merecem ser fotografados. A partir das ideias preconcebidas, o grupo vai a campo com câmeras na mão para fazer os registros, que são elaborados tanto de forma espontânea como montada pelos fotógrafos e fotografados. Nesta interação, eles discutem e definem a melhor forma de representatividade.

Após este trabalho, as câmeras são recolhidas e, a partir dos contextos vivenciados e dos relatos dos fotógrafos e fotografados, os monitores do Autorretrato Nordeste que ajudaram na atividade fazem a seleção de imagens que serão expostas na mostra comunitária, que é montada em espaço público do povoado. As demais imagens não selecionadas para exposição são distribuídas gratuitamente na comunidade, a partir de DVDs e cópias impressas em papel fotográfico.

Se o momento da produção de imagens possui uma variedade de interpretações diante da ótica das relações sociais, já que cada imagem captada exige intimidade, confiança, interação e negociação entre fotógrafo e fotografado, o retorno da imagem para a comunidade surte efeitos semelhantes, pois, a partir da observação da fotografia, interlocutores dialogam, acionam a memória social e cultural para fazer interpretações e reflexões que geram sentidos tanto para os indivíduos como para o grupo. Assim, “[...] a fotografia enquanto instrumento etnográfico favorece o diálogo e permite uma relação mais estreita com os personagens, estimulando a autorreflexão” (Copque, 2011, p.159).

Nestes contextos de produção e exibição das imagens, que envolvem compartilhamentos de experiências entre fotógrafos, personagens e demais integrantes da comunidade, a memória social individual e coletiva é ativada, proporcionando reinterpretções sobre situações da vida cotidiana. Na comunidade Cajá dos Negros, a entrega das imagens fotográficas realizadas ao longo da mostra, montada no centro comunitário, ganha mais repercussão, ativando narrativas, do que a experiência ao longo da produção imagética. Isso acontece porque a linguagem da imagem é acessível e serve como instrumento desencadeador, respectivamente, da

memória e dos relatos orais – como é possível observar no relato feito pela líder comunitária do povoado, Ivaniza Leite, durante entrevista feita no dia 30 de junho de 2014, na abertura da mostra fotográfica realizada na comunidade:

Aqui tinha um monte [de] gente que não tinha foto nova. Os mais velhos principalmente, porque andam menos e vão pouco na cidade. Agora todo mundo tem lembrança de todo mundo. Porque foto é lembrança, né? E foto boa é no papel. Porque celular apaga e gente esquece. A gente olha para fotografia e lembra da pessoa, dos lugares, das coisas, né? Do que já passou, porque ninguém consegue lembrar de tudo. Mas aí olha pra foto e lembra. E mata a saudade porque lembra. (Ivaniza Leite, 2014).

Abordagem ética e imagem

Por critérios éticos em trabalhos fotográficos que envolvem questões de autoria e uso de imagem, é relevante lembrar que, como o projeto possui o envolvimento de pessoas menores de 18 anos, que conforme a Constituição Federal não são capazes de responderem por todos os seus atos, sendo determinada a autorização e o acompanhamento de maiores em diversas decisões, todos os participantes recebem um Termo de Consentimento Informado (TCI) para que seja assinado por responsáveis, liberando a participação na atividades e a divulgação dos resultados.

Já quanto aos personagens (pessoas) fotografados que ilustram as imagens, este consentimento é “dado” a partir de um contrato informal negociado, tendo eles a certeza de que as imagens não possuem fins lucrativos ou prejudiciais à sua imagem, pois, como relata Abílio Águeda (2011, p.133): “O ato de posar para um retrato fotográfico significa a aceitação, por parte do indivíduo, em participar de um sistema de codificação visual”. Porém, cabe lembrar, como enfatiza Sylvania Caiuby Novaes (2012, p.27), que “cabe ao pesquisador plena consciência das imagens que ele quer ver publicadas a respeito das pessoas que pesquisa. Este é um outro aspecto da ética do pesquisador [...]. Suas imagens contribuirão certamente para a imagem que se terá daquele povo”.

Em outras palavras, isso quer dizer que é função do fotógrafo-pesquisador avaliar com critério as imagens produzidas em campos, antes de qualquer exibição ou publicação. Isso inclui até mesmo aquelas feitas por outros, em metodologias compartilhadas, porque imagens podem ter sentidos diferentes para contextos diferentes – e, evidentemente, consequências distintas, que podem prejudicar não só o trabalho ou a pesquisa, mas, além de tudo, o indivíduo ou grupo

que colaborou com a produção.

Revelações

Ao falar sobre filmes documentários – reflexão que, em nosso caso, pode ser atribuída à fotografia –, Sylvia Caiuby Novaes cita o documentarista João Salles, que diz “que o documentário não é uma consequência do tema, mas uma forma de se relacionar com o tema” (Salles, 2005, p.65 *apud* Novaes, 2012, p. 24) para explicar que as produções documentais [filme/fotografia] “não pretendem reproduzir o real, mas falar sobre ele” (Salles, 2005, p.66 *apud* Novaes, 2012, p. 24). Assim, é a partir de releituras deste contexto, onde o intuito é “falar sobre” e não diretamente “reproduzir o ‘real’”, que o projeto Autorretrato Nordeste se baseia ao propor a produção de documentos imagéticos elaborados a partir da ótica e concepção dos próprios agentes sociais que vivem nas comunidades retratadas.

Dessa forma, podemos considerar que as fotografias produzidas durante as oficinas do projeto mostram possibilidades de visões de mundo, de representatividades possíveis de comunidades quilombolas feitas a partir de escolhas e negações dos fotógrafos e personagens, que estimulam a memória e valorizam as narrativas da oralidade. E é aí que está o cerne da “partilha”, pois toda produção compartilhada é construída de forma horizontal a partir de diálogos, negociações e reflexões capazes de gerar sentidos no mundo “real”. Estes sentidos, ao menos no trabalho em discussão, possuem conotação positiva, capaz de valorizar os diversos aspectos da cultura negra em Alagoas.

Nesta compreensão, trazemos algumas imagens produzidas durante as atividades do “Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas”, não para fazer uma abordagem mais aprofundada sobre elas, mas para ilustrar o quanto as imagens podem ajudar na discussão de temáticas e o quanto o uso adequado da ferramenta visual pode ser viável para a coleta de dados científicos, a partir de metodologias que recorrem ao poder da oralidade. Ao mesmo tempo, também serve de retorno para valorizar as características do campo e do objeto de pesquisa.

Entre as inúmeras fotografias produzidas ao longo da edição “Quilombos de Alagoas”, destacamos algumas que expõem aspectos geográficos, sociais, econômicos e, acima de tudo, humanos, que são capazes de contextualizar fenômenos diversos presentes nas relações sociais de indivíduos e grupos, em territórios e espaços diversos, e de estimular a memória e a tradição da oralidade.

Homem e Cachorro (2014)



Figura 1 – Foto “Homem e Cachorro” (à esquerda) e Willamys Silva (à direita), o autor da foto, com a imagem produzida na oficina de fotografia [Willamys Mateus Merencio da Silva (imagem da esquerda) / Jonathan Lins (imagem da direita)].

Na fotografia “Homem e Cachorro” (à esquerda), o autor-aprendiz Willamys Mateus Merencio da Silva (à direita) retrata a relação cotidiana entre humanos e animais presentes na comunidade Sabalangá. A fotografia foi feita a poucos metros da casa onde Willamys vive com a família, e a aposta no enquadramento da imagem se deu, segundo o autor, por conta da convivência diária com os dois personagens:

A foto é engraçada. Assim como esse cachorro, que todos os dias está

na janela latindo para quem passa. Na hora da foto, o dono brigou com ele, e ele ficou desconfiado. Mas não é sempre assim. Quando ele tá só na janela, late pra todo mundo. Tenho medo que um dia pule, porque isso sempre acontece quando estou voltando da escola, no sol quente. Eu andando suado, ele na sombra latindo, querendo me pegar (risos). (Willamys Mateus Merencio da Silva, 2014).

Espiando na Janela (2014)



Figura 2 – Foto “Espiando na Janela” (à esquerda) e Wesley dos Santos Silva (à direita), autor da foto, mostrando a imagem feita por ele, e que virou cartão-postal [Wesley dos Santos Silva (imagem da esquerda) / Waldson Costa (imagem da direita)].

Espiar é olhar, observar, prática comum nas comunidades rurais e periféricas do Brasil. Feliz de quem tem uma janela para acompanhar a vida, pois de lá também é possível participar do que acontece no entorno. Da janela se vive. Foi assim, “espiando” a vida da janela, que a senhora de cabelos brancos (à esquerda) se fez presente na atividade do Autorretrato Nordeste, olhando a brincadeira das crianças que fotografavam e se posicionando como se fizesse um convite para “se deixar fotografar” e fazer parte daquelas narrativas visuais. A fotografia, que virou cartão- postal, foi feita por Wesley dos Santos Silva (à direita), fotógrafo-aprendiz e vizinho da senhora que observa a vida pela janela:

No começo, fiquei com vergonha, porque não sabia se ela ia deixar a foto. Mas quando todo mundo chegou com a câmera e ela ficou, vi que podia. Ela até se ajeitou na janela (risos). Aqui todo mundo fica na janela. Se não tá na porta, conversando, tá na janela. Até assiste TV perto da janela, que é pra olhar o que passa na estrada. (Wesley dos Santos Silva, 2014).



Figura 3 – Foto “Carro de boi” (à esquerda) e o agricultor José Pereira (à direita), modelo da foto, mostrando a imagem, que virou cartão-postal. [Ana Alice Maria Dantas (imagem da esquerda) / Jonathan Lins (imagem da direita)].

José Pereira (à direita) é daqueles agricultores que brindam a vida dura do Sertão com sorrisos. Enquanto dois dos seus filhos participavam das atividades do Autorretrato Nordeste como fotógrafos-aprendizes, ele dividia a atenção entre o trabalho duro da roça e os cliques das crianças. A fotografia em questão, porém, foi feita por outra participante, Ana Alice Maria Dantas, que o presenteou com uma imagem icônica do trabalhador sertanejo:

Quem não fica feliz com uma foto bonita dessa. Essa foto aí diz tudo da gente que é trabalhador, do interior. Aí tá tudo que é importante pra nós: o boi, o carro e a água. Ficou linda e eu fiquei feliz porque me mostra trabalhando. É o que sou: trabalhador da roça. (José Pereira, 2014).

Conclusão

Entre tantas questões ainda em aberto, que podem e vão despertar inúmeras discussões sobre o uso da fotografia em pesquisas ou até mesmo como simples instrumento para valorização e representatividade de aspectos étnicos de indivíduos e grupos, podemos assegurar que as fotografias, sejam elas históricas ou contemporâneas, são documentos importantes que têm muito a revelar às ciências sociais. Tem, ainda, muito a falar sobre e para indivíduos e grupos, diante da capacidade de representação, poder de reflexão e potencialização de memórias e

narrativas, pois, além de guardar fragmentos de momentos passados que podem ser revistos e analisados sob as diversas óticas das ciências sociais e humanas – Antropologia, História, Linguísticas, Semiótica, Artes –, as fotografias possuem a capacidade de dialogar com pessoas que têm diversos estágios de leitura de códigos e visões de mundos, sendo algo que possui uma linguagem praticamente “universal”.

Por fim, destacamos ainda que, ao ser tratada de forma estruturada e bem aplicada, a imagem como objeto de construção coletiva é também uma ferramenta que ajuda a dar voz aos interlocutores, para que eles também expressem as experiências sobre si e valorizem o que consideram importante ao falarem de si para outros. Afinal, como afirma Pedro Simonard (2011, p. 47), “[...] vivemos em uma sociedade que privilegia o olhar como elemento epistemológico, misturando imagem e realidade: o ‘real’ é o que pode ser visto”. Ou seja, diante dessa afirmação, comprovada dia a dia na prática pelo homem da ciência e pelo homem comum, como abrir mão de um sentido tão “natural” como este proporcionado pela imagem e pela observação ao produzir pesquisas científicas?

Referências

ÁGUEDA, Abílio. As imagens dos fotógrafos Lambe-Lambes: suportes na estruturação de memórias coletivas individuais. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). *Antropologia e Imagem – narrativas diversas* (vol. 1). Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 127-144.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade – Seguindo de “Grupos étnicos e suas fronteiras”, de Fredrik Barth*. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 185-227.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto n° 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. In: Atos do Poder Executivo: seção 1, Brasília, DF, v. 134, n. 227, p.1-5, 21 nov. 2003.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Quilombolas no Brasil*. São Paulo, c1995-2018. Disponível em: <http://cpisp.org.br/quilombolas-brasil/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

COPQUE, Bárbara. Sobre imagens: meninos na rua, meninos-fotógrafos. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). *Antropologia e Imagem – narrativas diversas* (vol. 1). Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 145-166.

JUNIOR, John Collier. *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. Tradução: Solange Martins Couceiro e Iara Ferraz. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1973.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV (2), p. 333-354, 2000.

MALLMANN, Germene. As Comunidades Remanescentes de Quilombo e o Art. 68 do ADCT: Propriedade Da Terra, Reconhecimento e Cidadania. *Revista de Direito Brasileira*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 265-289, jun. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2011.v1i1.2685>. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2685/2579>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOVAES, Sylvia Cauby. A construção da imagem na pesquisa de campo em antropologia. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 13, n. 31, p.11-29, jul-dez 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PALMEIRA, Francineide Santos. Reflexões Sobre Identidade Étnica nos Discursos da Literatura Afro-brasileira. *Contraponto*, Teresina, v. 2, n. 1, fev. 2012.

SALLES, João Moreira. A dificuldade do documentário. *In*: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; CAIUBY NOVAES, Sylvia. (Org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 57-71.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. *In*: XII Colóquio de Geocrítica 2012, Bogotá. [Actas.]. Bogotá, 2012. Tema: Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Mesa temática: Territorialidades indígenas y afroamericanas, p.1-14. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

SIMONARD, Pedro. Jongo e filme etnográfico: impressões de uma viagem etnográfica. *In*: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). *Antropologia e Imagem – narrativas diversas* (vol. 1). Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 47-63.

Fontes orais

LEITE, Ivaniza [39 anos]. [jun. 2014]. Entrevistador: Waldson Costa. Batalha, AL, 30 jun. 2014.

MACHADO, Patrícia [36 anos]. [nov. 2014]. Entrevistador: Waldson Costa. Macaíó, AL, 20 nov. 2014.

PEREIRA, José [38 anos]. [jun. 2014]. Entrevistador: Waldson Costa. Batalha, AL, 30 jun. 2014.

SILVA, Willamys Mateus Merencio da [14 anos]. [set. 2014]. Entrevistador: Waldson Costa. Viçosa, AL, 22 set. 2014.

SILVA, Wesley dos Santos [11 anos]. [jun. 2014]. Entrevistador: Waldson Costa. Batalha, AL, 30 jun. 2014.

Resumo: Em uma perspectiva de discutir metodologias possíveis de trabalhar o uso da fotografia como instrumento em pesquisas etnográficas com comunidades negras, o presente artigo toma como ponto de partida a experiência do projeto “Autorretrato Nordeste – Quilombo de Alagoas” para refletir sobre a identidade e a representação do negro no território alagoano. Assim, ao considerar que esses documentos imagéticos construídos de forma compartilhada servem como base

de dados válida para análises e interpretações do pesquisador, ao mesmo tempo em que as fotografias também são instrumentos de autorreflexão dos personagens retratados e dos autores, o texto apresenta as narrativas, as etapas e o processo do trabalho realizado em quatro comunidades quilombolas remanescentes, expondo a construção dos sentidos de representações de narrativas do cotidiano, da cultura, da memória e da identidade quilombola.

Palavras-chave: Antropologia Visual. Etnicidade. Quilombolas. Alagoas.

Photography as an instrument for the valorization of black identity: the experience and methodology of the project “Autorretrato Nordeste - Quilombos de Alagoas”

Abstract: This article aims at discussing possible ways of using photography as an instrument in ethnographic research in black communities. In order to do so, it takes the experiences of the “Autorretrato Nordeste – Quilombo de Alagoas” project as a starting point to reflect on the representation of black people in Alagoas’ territory. Thus, considering that those pictures, which were created in a collaborative manner, serve as a valid database for researchers’ analyses and interpretations, and that photographs also serve as means of self-reflection of their authors and the portrayed ones, this paper presents the narratives, the steps and the work process carried out in four remnant quilombolas communities, showing the way meanings in the representation of narratives concerning quilombola’s quotidian, culture, memory and identity are built.

Keywords: Visual Anthropology. Ethnicity. Quilombolas. Alagoas.

Recebido em 07/03/19

Aprovado em 29/05/19